

# Jornal do Engenheiro Agrônomo

ANO 43, Novembro/Dezembro de 2013, nº 274

Impresso fechado pode ser aberto pela ECT



## Radiografia

Os desafios para se efetivar o Cadastro Ambiental Rural no Brasil | Pág 06

## Entrevista

O Engenheiro Agrônomo do Ano, em 2013, Evaristo Marzabal Neves, dedica sua vida ao ensino da agronomia | Pág 10





Filiada a Confederação das Associações de  
Engenheiros Agrônomos do Brasil

**Presidente** Angelo Petto Neto

[angelo.petto.neto@gmail.com](mailto:angelo.petto.neto@gmail.com)

**1º vice** José Antonio Piedade

[japiedade@ig.com.br](mailto:japiedade@ig.com.br) | [piedade@cati.sp.gov.br](mailto:piedade@cati.sp.gov.br)

**2º vice** Henrique Mazotini

[henrique.mazotini@andav.com.br](mailto:henrique.mazotini@andav.com.br)

**1º secretário** Ana Meire Coelho Figueiredo

[anikka@lexxa.com.br](mailto:anikka@lexxa.com.br)

**2º secretário** Andrea Cristiane Sanches

[andrea\\_sanches@uol.com.br](mailto:andrea_sanches@uol.com.br)

**1º tesoureiro** Tulio Teixeira de Oliveira

[aenda@aenda.org.br](mailto:aenda@aenda.org.br)

**2º tesoureiro** Celso Roberto Panzani

[celso@cati.sp.gov.br](mailto:celso@cati.sp.gov.br)

**Diretor** André Amosti

[andre\\_amosti@hotmail.com](mailto:andre_amosti@hotmail.com)

**Diretora** Francisca Ramos de Queiroz

[nfr\\_queiroz@hotmail.com](mailto:nfr_queiroz@hotmail.com)

**Diretor** Glauco Eduardo Pereira Cortez

[glauco.cortez@uol.com.br](mailto:glauco.cortez@uol.com.br)

**Diretor** Luiz Ricardo Viegas de Carvalho

[ricardoviegas@terra.com.br](mailto:ricardoviegas@terra.com.br)

**Diretor** Nelson de Oliveira Matheus Júnior

[nmatheus2@uol.com.br](mailto:nmatheus2@uol.com.br)

**Diretor** Pedro Shiguero Katayama

[pedrokatayama@bol.com.br](mailto:pedrokatayama@bol.com.br)

#### CONSELHO DELIBERATIVO

Alexandre Vieira Abbud, Arlei Arnaldo Madeira, Cristiano Walter Simon, Francisco Frederico Sparenberg Oliveira, Francisco José Burlamaqui Faraco, Guilherme Luiz Guimarães, João Sereno Lammel, José Eduardo Abramides Testa, José Luis Sussumu Sasaki, José Otávio Machado Menten, José Paulo Saes, Luiz Antonio Pinazza, Mário Ribeiro Duarte, Taís Tostes Graziano, Valdemar Antonio Demétrio

#### CONSELHO FISCAL:

Celso Luis Rodrigues Vegro, Luis Alberto Bourreau, Luiz Henrique Carvalho.

**Suplentes:** André Luis Sanches, Cássio Roberto de Oliveira, Renê de Paula Posso



Órgão de divulgação da Associação  
de Engenheiros Agrônomos do  
Estado de São Paulo

#### Conselho Editorial

Ana Meire C. Figueiredo, Angelo Petto Neto, e Tulio Teixeira de Oliveira.

#### Diretor Responsável

Nelson de Oliveira Matheus

#### Jornalista Responsável

Adriana Ferreira (MTB 42376)

**Secretária:** Alessandra Copque

**Produção:** Acerta Comunicação

**Diagramação e Ilustração:** Janaina Cavalcanti

**Redação:** Rua 24 de Maio, 104 - 10º andar

CEP 01041-000 - São Paulo - SP

Tel. (11) 3221-6322 / Fax (11) 3221-6930

[redacaojea@aeasp.org.br](mailto:redacaojea@aeasp.org.br)/[aeasp@aeasp.org.br](mailto:aeasp@aeasp.org.br)

Envie mensagens com sugestões e críticas para  
a editora: [adriana@acertacomunica.com.br](mailto:adriana@acertacomunica.com.br)

Os artigos assinados não refletem a opinião da AEASP.  
Permitida a reprodução com citação da fonte.

Ao redigir o Editorial do último JEA de 2013, o faço com satisfação avaliando que tivemos um resultado positivo neste ano. Apesar das dificuldades, com as conclusões das reuniões da Diretoria e do Conselho Deliberativo, conseguimos implementar diversas atividades.



O sucesso de público e de patrocínio na realização da Deusa Ceres em Ribeirão Preto, nas instalações da Agrishow, foi uma das vitórias que obtivemos e que foi determinante para a intenção da AEASP de realizar a próxima edição do evento no mesmo local.

E por falar em Deusa Ceres, o engenheiro agrônomo do ano, de 2013, colega Evaristo Marzabal Neves, esteve no encerramento da Semana Luiz de Queiroz onde, em nome da AEASP, entreguei-lhe o diploma com o título a ele concedido. E, como não poderia deixar de ser, Vavá é o nosso entrevistado nesta edição do JEA.

O Cadastro Ambiental Rural que está mobilizando secretarias de Meio Ambiente e da Agricultura em todos os Estados brasileiros é o tema da nossa matéria de capa. Na reportagem, mostramos os desafios que os envolvidos terão de enfrentar para que o cadastro seja bem sucedido e que o produtor possa se beneficiar. A atuação do engenheiro agrônomo nesse processo é, sem dúvida, importantíssima para orientar os proprietários rurais.

Recentemente, também estive à frente da organização do XXVIII Congresso Brasileiro de Agronomia (CBA) e fiquei muito satisfeito pela participação expressiva de engenheiros agrônomos vindos de todas as partes do Brasil e até do exterior. Eles demonstraram engajamento pelos temas da categoria e desejo de mudança em vários aspectos. O resumo desse encontro e seus destaques está numa das matérias desse periódico.

Manifesto aqui meus sinceros votos de um Feliz Natal a todos, desejando que encerrem mais um ano com muitas realizações importantes. E que 2014 seja repleto de sucesso agrônômico.

Boa Leitura!

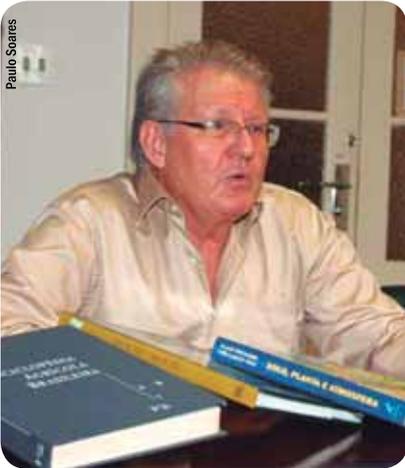
**Eng. Agrônomo Angelo Petto Neto**



Rua 24 de Maio, 104 - 10º andar  
CEP 01041-000 - São Paulo - SP  
Tel. (11) 3221-6322 Fax (11) 3221-6930  
Site: [www.aeasp.org.br](http://www.aeasp.org.br)  
[redacaojea@aeasp.org.br](mailto:redacaojea@aeasp.org.br)/[aeasp@aeasp.org.br](mailto:aeasp@aeasp.org.br)

## Gente que faz

Prêmio Fundação Bunge reverencia o pioneirismo do engenheiro agrônomo Klaus Reichardt, um dos fundadores do CENA



Paulo Soares

O engenheiro agrônomo Klaus Reichardt, eleito como destaque em Pesquisa na homenagem da Deusa Ceres, da AEASP, é um dos ganhadores do tradicional Prêmio Fundação Bunge na categoria Vida e Obra. Professor titular aposentado da ESALQ-USP, prestou grandes contribuições às ciências agrárias e à gestão dos recursos hídricos no País. Reichardt é um dos fundadores do Centro de Energia Nuclear na Agricultura (CENA) e fez parte de uma geração de cientistas pioneira na aplicação de energia

nuclear na agricultura. Lá, ele ajudou a desenvolver técnicas de tomografia computadorizada que, por meio de radiação, determinam a dinâmica da água sob o solo estudado. Uma espécie de “raio x” que indica o quanto é absorvido pelas plantas, o quanto evapora e como se dá, basicamente, a redistribuição de água no sistema. Tais dados são cruciais para a gestão correta dos recursos hídricos e para a agricultura de precisão que viria a ser implantada no Brasil nas décadas seguintes.

## Mais um desafio

O presidente do Conselho Científico para Agricultura Sustentável (CCAS), José Otavio Menten, foi eleito vice-presidente da Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior (ABEAS). Na nova função, Menten tem como objetivo desenvolver um plano de trabalho focado no aprimoramento do ensino de defesa vegetal no Brasil e a utilização de defensivos agrícolas.

## Jovem talento

O engenheiro agrônomo paulistano Mateus Marrafon, 29, pesquisador do Instituto Kairós, foi selecionado junto com outros dois pesquisadores brasileiros para receber financiamento da fundação do bilionário Bill Gates, da Microsoft. Com o apoio financeiro dos programas batizados de Grand Challenges (grandes desafios), cada um deles ganhará um patrocínio de US\$ 100 mil (R\$ 219 mil) que pode ser estendido a US\$ 1 milhão (R\$ 2,19 milhões) se a execução da ideia for bem-sucedida. Foram selecionados 80 candidatos dos 2.700 que se inscreveram, dentre os quais o engenheiro agrônomo Mateus e outros dois brasileiros.

O agrônomo desenvolveu protótipos de uma fita biodegradável que envolve as sementes selecionadas para uma determinada plantação. Dentro da fita, que é enterrada no solo, as sementes são distribuídas de acordo com o espaçamento ideal para o crescimento. “As máquinas agrícolas que distribuem sementes com o espaçamento adequado são caras. A fita é uma opção de baixo custo que vai ajudar o pequeno agricultor”, disse Marrafon, que começou a pensar no projeto em 2006, quando estava na faculdade.

## Unanimidade

Valdemar Fhischer foi eleito por unanimidade para ser o presidente do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal (Sindiveg) no triênio 2013/2016. O engenheiro agrônomo, formado pela Universidade Federal de Pelotas (RS), também preside a Nufarm América Latina. O Sindiveg é a nova sigla do Sindag, que recentemente alterou sua identidade corporativa.

DESPEDIDA

## Brilhantismo e liderança



Arquivo pessoal

A AEASP lamenta a perda do colega Ary Aparecido Salibe e oferece suas condolências a sua família. O engenheiro-agrônomo faleceu no dia 19 de novembro de 2013, aos 79 anos, na cidade de Limeira (SP).

Ele recebeu da AEASP a Medalha Fernando Costa, do ano de 2010, como destaque na categoria Pesquisa. Era doutor e pesquisador científico da Seção de Citricultura do Instituto Agronômico de Campinas (IAC), onde conduziu 50 projetos. Em Botucatu, no campus da Unesp, realizou ampla pesquisa em fruticultura e organizou, também, o curso de pós-graduação, em Horticultura. Foi professor Titular de Horticultura na mesma instituição. Salibe era formado pela ESALQ-USP, turma de 1956. Dentre suas con-

tribuições para a agronomia, destaca-se a produção da primeira Super-Planta Matriz de Citros, produzida no Brasil em 1992. A planta tinha potencial de produção cerca de cinco vezes maior do que a de plantas matrizes existentes na época, contribuindo para estimular a produção de Plantas Matrizes livres de vírus e viróides, que passaram a ser usadas na renovação de pomares no Estado de São Paulo.

No exterior, fez cursos de pós-doutorado e estágios nos Estados Unidos, na Espanha e França, Itália e Israel. Também foi consultor da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO/ONU) na área de sanidade e melhoramento dos citros, com 31 missões de assessoria em diversos países.

E-mail endereçado  
a um agrônomo  
propagador do iLPF



# Carta aberta aos agrônomo

\*Fernando Penteados Cardoso

## “Caro colega:

Muito obrigado pela cartilha e filme que me enviou sobre iLPF. Qualidade de primeiro mundo graças aos recursos financeiros da Fundação Banco do Brasil, certamente previstos em estatuto.

Pena que se tenha desperdiçado tanto tempo e dinheiro com sonhos que irão dar em nada no futuro.

Fique certo de que lavoura é lavoura, pasto é pasto e silvicultura é silvicultura. Cada atividade tem a sua localização ideal, sua tecnologia e seu resultado econômico.

Considero um desperdício esse esforço dos colegas em sistemas imaginosos até agora não comprovados. Já está em tempo de se medir o ganho de peso animal por hectare/ano em pastagem sombreada, acrescido do valor do lenho produzido, tendo como testemunha idêntica produção a pleno sol. Quando tiver esses dados, apreciarei conhecê-los.

O que se deve prever também é quanto se vai gastar na destoca do eucalipto, ou outra espécie, para retornar à agricultura imbatível de duas safras de verão na mesma área e no mesmo ano agrícola, passível de acréscimo de uma terceira renda forrageira produzida em pastoreio temporário, expressa em peso-vivo animal.

A meu ver, esse empenho dos colegas, bem como o dinheiro de uma fundação do BB e o valor das atividades dos funcionários pú-

blicos, seriam mais bem aproveitados se fossem empregados em difundir tecnologias de um Plantio Direto de Qualidade.

Urge assegurar mais palha na semeadura das culturas anuais, especialmente nos sistemas de uso dos recursos naturais - sol, chuva e terra- na produção de duas safras de cereais e uma de forragem, em um mesmo ano agrícola.

Provavelmente não mais estarei entre os vivos para assistir o desapontamento e o arrependimento dos produtores ao reconhecerem o erro dessa utopia, a iLPF. Mas os colegas irão constatar com desalento quanto tempo e dinheiro foram perdidos, além do risco envolvido de descrédito de nossa classe.

Cordial abraço,  
Fernando Penteados Cardoso, engenheiro agrônomo sênior, USP-ESALQ, 1936”

\*Fernando Penteados Cardoso é engenheiro agrônomo sênior, USP-ESALQ, 1936 - Produtor de cana em Mogi Mirim (SP).



Divulgação

# De novo, a receita

\*Tulio Teixeira de Oliveira

Criada pela Lei 7802/1989, a Receita Agrônômica foi festejada como a solução para o mau uso dos agroquímicos. Vinte e quatro anos depois, perguntam-me qual a contribuição para esse propósito. Sou obrigado a escrever com toda tranquilidade e tinta, nada; ou pior, contribuiu com alguns efeitos colaterais negativos.

## Aumento da venda ilegal

Quando o lavrador precisa de um produto para uma praga sem produto registrado para sua cultura, ele busca o técnico e não encontra respaldo. Só lhe resta a compra ilegal, que não deixa rastro no comércio e na burocracia da receita.

## Insegurança na compra antecipada

Em grandes propriedades há de se ter estoques de produtos para usar na época da necessidade. A Receita, ora, só com diagnóstico, o que não é possível sem a praga presente. O fiscal ensina: faça uma compra de simples remessa e só concretize quando a praga ocorrer, pois aí você terá a Receita comprobatória e o fornecedor poderá fazer o faturamento definitivo. Bom, e as sobras? Devolva, faça qualquer coisa, não me perturbe!

## Imagem do técnico responsável

Essa está ridicularizada. Ele só pode prescrever exatamente o que está escrito nas bulas dos produtos. E ainda brigam Agrônomos e Técnicos Agrícolas a respeito do direito de receitar. Não é piada, os tribunais estão cheios dessas demandas. Parece coisa séria, mas é só coisa ridícula.

## Urge medida reparatória

Aqui imagino algumas: em curto prazo, seria de todo racional permitir ao profissional habilitado prescrever alvos, culturas, doses diferentemente do que consta na bula de determinado produto, de acordo com o conhecimento acumulado e, por vezes, mais atualizado que as próprias bulas. Se na área médica isso é permitido, onde a responsabilidade é muito mais sensível pelo peso do que pode acontecer a um ser humano, por que não na área agrônômica? Basta uma canetada no Decreto 4074/2002.

Com isto, poderíamos resgatar a dignidade dos profissionais e diminuir rapidamente o uso irregular de produtos em culturas que não constam nas bulas. Alguém poderia dizer que seria uma insensatez, pois não temos os indicadores de Limites Máximos de Resíduos para um sem número de pequenas culturas. Ora, volto a lembrar da espada chamada responsabilidade que sempre paira sobre esses profissionais; eles não saem a dar recomendações sem que tenham aprendido em institutos de pesquisas, seminários, congressos, etc. No caso

dos Limites de Resíduos nas pequenas culturas para esse ou aquele ingrediente ativo, essa nova postura legislativa levaria os profissionais a promover uma corrida às entidades de ensino e pesquisa para que os testes necessários fossem realizados. Sindicatos e Associações de agricultores estariam ombreados aos profissionais para alcançarem rapidamente este conhecimento.

No médio/longo prazo, precisamos desvincular a Receita do ato da compra, como consta na lei 7802/1989, e adotar uma obrigação mais construtiva para a sociedade, com alimentos saudáveis e meio ambiente limpo. Recorro como fonte de inspiração à Decisão 273/2012 da Câmara Especializada de Agronomia do CREA-SP, que estabeleceu parâmetros para exigir Responsável Técnico em propriedades rurais, de acordo com uma tabela de Potencial de Dano. Os parâmetros levam em conta principalmente a área física da atividade (classificadas em pequena, média e grande) e o destino da produção (*in natura* ou não). Com isso, foram definidos três níveis de Potencial Poluidor (pequeno, médio e alto). Ao cruzar o Porte da Atividade com o Potencial Poluidor foram estabelecidas seis classes que permitem uma decisão mais técnica sobre a exigência de um Responsável Técnico em determinada propriedade rural.

No tocante à Receita Agrônômica, poderíamos adotar duas condições:

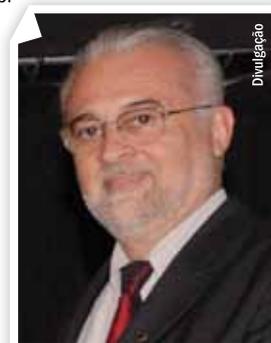
 Para as propriedades em classes **com obrigatoriedade de contratação de Responsável Técnico**, haveria dispensa da apresentação de Receita, visto que já seriam devidamente orientadas.

 Para as propriedades em classes **dispensadas de Responsável Técnico**, a Receita de Uso de Agrotóxico deverá ser obtida pelo agricultor e guardada para aferição da fiscalização. A via técnica para atender essas propriedades continuaria a ser da iniciativa privada, hoje ampliada com a Assistência Técnica de Extensão Rural (ATER); mas seria louvável que os serviços de extensão governamentais considerassem prioritário esse tipo de orientação.

Aí sim, vida longa à Receita e louvores aos Assistentes Técnicos.

Já que o assunto é Receita, é bom lembrar que o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA) estabeleceu o sistema de "ART-múltipla" para a área agrônômica e, com isso, as Anotações de Responsabilidade Técnica feitas pelos CREAs (para compor o acervo de cada profissional) baixaram a valores insignificantes.

\*Eng. Agr. Tulio Teixeira de Oliveira – Diretor Executivo da AENDA  
www.aenda.org.br / aenda@aenda.org.br



# Integração

## Os desafios para a implantação do Cadastro Ambiental Rural em um país de dimensões continentais

Adriana Ferreira

O Cadastro Ambiental Rural (CAR) é um registro digital obrigatório para todas as propriedades rurais do Brasil. Ele traz informações declaratórias, georreferenciadas sobre APPs, reservas legais e remanescentes de vegetação nativa existentes nas áreas cadastradas que farão parte do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (SICAR), sob responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e do Ibama.

Surgido a partir da aprovação do Decreto 7.830/12, o CAR dá suporte ao Programa de Regularização Ambiental (PRA) constante do novo Código Florestal e tem o objetivo de planejar o uso do solo e a conservação ambiental no País.

O proprietário ou posseiro que não se inscrever poderá sofrer sanções como advertências ou multas, além de não poder mais obter nenhuma autorização ambiental ou crédito rural. Além disso, apenas produtores rurais cadastrados poderão aderir ao PRA.

Ao integrar os dados das propriedades agrícolas em todo o território nacional, será possível controlar informações sobre os remanescentes de vegetação nativa, APP, reservas legais e áreas consolidadas, além de fazer o monitoramento do processo de recomposição das áreas protegidas. A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, afirmou que o CAR já pode ser considerado uma mudança na história ambiental do Brasil.

Entretanto, o registro só entrará em vigor quando for editado o decreto pelo Poder Executivo, assinado pela ministra do Meio Ambiente, pela presidente ou por um ato do MMA. A partir deste momento passa a correr o prazo de dois anos para os produtores rurais declararem suas propriedades.

A intenção do governo é ter o sistema operante ainda em 2013, mas os especialistas acreditam que a integração total entre os cadastros dos estados e o do Ministério do Meio Ambiente só ocorra em 2014, pois sua implantação, país de dimensões continentais, como se poderia imaginar, é complicada.

Em entrevista recente ao Canal Rural, a ministra do Meio Ambiente declarou: "se depender de mim, fazemos o regulamento federal ainda em dezembro, trabalhamos para isso. E vamos ver como os Estados têm feito seus regulamentos específicos. Tem estado que aprovou lei, tem Estado discutindo decretos com o governador, como a

própria lei do Código Florestal estabelece". Ela ainda informa que o sistema está em fase de implantação. "Nós desenvolvemos, consolidamos, testamos no país inteiro. Paralelamente, começamos o processo de capacitação e cooperação com as entidades da agricultura..."

De acordo com Paulo Guilherme Francisco Cabral, secretário de extrativismo e desenvolvimento rural sustentável do MMA, existe muita heterogeneidade entre os órgãos ambientais no Brasil. "Por isso, a ministra está evitando assinar o decreto e pegar os estados numa situação de insuficiência para a execução do CAR. O cadastro é muito grande, serão mais 5 milhões de imóveis rurais e o período para cadastro é de somente 2 anos", justifica.

Para Evandro Grili, advogado e diretor ambiental do Brasil Salomão e Matthes Advocacia, que acompanha o trabalho para a implantação do CAR, ele não entrou em vigor porque "trata-se de um cadastro virtual e digital e o governo vai precisar que todos os estados estejam com suas bases prontas, mas poucos conseguiram avançar".

Até o fechamento desta edição, na página do CAR, na internet, das 27 unidades federativas, 11 estavam ativas: Goiás, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Ceará, Alagoas, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. No caso de São Paulo, quem acessar o link do SICAR-SP poderá se cadastrar e, segundo informações do próprio site, este cadastro será validado tão logo o CAR nacional entre em operação.

Onze Estados possuem sistemas próprios para registro de propriedades no CAR. Eles poderão manter o modelo atual, se assim desejarem. Já os Estados que não possuem sistemas eletrônicos de cadastramento poderão utilizar o Módulo de Cadastro Ambiental Ru-



**Paulo Guilherme Francisco Cabral, secretário de extrativismo e desenvolvimento rural sustentável do Ministério do Meio Ambiente**

# em curso



**Evandro Grilli, advogado e diretor ambiental do Brasil Salomão e Matthes Advocacia**

ral, que será disponibilizado gratuitamente pelo MMA.

Mas, para a maioria das unidades da federação, será preciso vencer desafios que vão além da informática. “Boa parte dos Estados não tem estruturas de secretaria de meio ambiente e recursos”, revela Grilli. “Por isso, se tivermos um CAR integrado, em 2014, estaremos felizes”, conclui.

As alternativas para implantação das regras previstas na nova lei ambiental têm sido discutidas por um grupo de trabalho de acompanhamento do Código Florestal, do MMA, do qual a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) faz parte. Para agilizar o processo, a entidade tem defendido um modelo de cadastro simplificado. “É melhor, nesta fase inicial, optar por um modelo mais simples, que reúna apenas as informações relacionadas à situação das propriedades rurais. Outros dados podem ser agregados posteriormente”, afirmou o assessor da Comissão Nacional de Meio Ambiente da CNA, João Carlos De Carli, que participa das reuniões do grupo de trabalho.

## Na prática

Os técnicos do MMA asseguram que o sistema foi desenvolvido para que qualquer usuário com conhecimento mínimo de informática possa realizar o cadastro. No entanto, de acordo com o nível de instrução e de acesso a internet que o produtor tenha, ele talvez precise do suporte das organizações que atuam no complexo agropecuário, tais como, as Casas de Assistência Técnica, sindicatos, cooperativas, dentre outras. “O sistema é bastante intuitivo. Como é baseado em imagens de satélite, é possível que o produtor reconheça os limites da propriedade e aponte as características internas. Ele não requer deslocamento a campo, pois a propriedade é visualizada na tela do computador”, explica Paulo Guilherme, do MMA.

Nesse contexto, as secretarias de meio ambiente têm um papel muito importante junto ao empresário rural, pois elas podem orientá-lo sobre a forma correta de recuperar as áreas. É preciso considerar

ainda a oportunidade econômica que algumas propriedades podem oferecer. “Um pecuarista que tem área degradada ou com baixa produtividade vai ter de constituir uma Reserva Legal (RL). Ele pode fazer uma proposta de localização da RL numa área com menor fertilidade, mas que tenha um componente ambiental e que ele possa fazer uso de espécies vegetais com interesse econômico”, diz o secretário do MMA.

Na opinião do engenheiro agrônomo Ceceo Chaves, que atua com desenvolvimento rural sustentável, educação e licenciamento ambiental, “a maior dificuldade é justamente o produtor conhecer a legislação ambiental e dominar as ferramentas de Internet o suficiente para poder preencher o cadastro, em um País onde muitos produtores não têm sequer o ensino fundamental completo”.

O profissional acredita que a maioria dos proprietários precisará de assistência técnica. “O problema é que os órgãos públicos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) não têm condições de oferecer o devido atendimento por falta de pessoal. Para contratar assistência técnica particular, o produtor teria que desembolsar em torno de 1.000 reais, pois aparentemente são necessários alguns dias de trabalho até completar todo o cadastramento no sistema”, afirma o agrônomo.

O CAR tem sido apresentado como a solução para muitas questões ambientais das propriedades rurais, mas, segundo fontes consultadas pelo JEA, isso só será realidade no longo prazo e se houver investimento em ações de ATER por parte do poder público, seja por meio do financiamento de ONGs, contratação de empresas prestadoras de serviços de ATER ou aumento do efetivo de funcionários públicos dedicados a essa área.

Acostumado a viajar pelo Brasil, Ceceo Chaves acredita “que a maioria dos pequenos produtores não sabe que existe o CAR”. “Aqueles que sabem não entendem o que é, quem entende não têm condições de fazer o cadastro, devido a dificuldades de acesso a internet, o que é bastante comum nas regiões rurais do País”, completa. Em resumo, ele diz que faltam políticas públicas para incentivar o cadastramento.

A demanda por profissionais da engenharia agrônômica pode aumentar se forem ampliadas as políticas de ATER. “Embora inicialmente com a desobrigação da averbação da RL se tenha uma diminuição das oportunidades de trabalho para engenheiros agrônomos, é possível que se tenha investimentos em contratação de serviços de ATER por parte dos governos. Além disso, acredito que produtores com boas condições financeiras possam preferir contratar técnicos especializados para realizar o cadastro”, prevê Ceceo.

## Averbar ou não

Enquanto o CAR não estiver pronto, os prazos para averbação estão parados porque o novo CF aboliu o dever de averbar nos cartórios de imóveis a reserva legal na matrícula do imóvel. O doutor Grilli diz que é possível que algum proprietário rural, já na vigência da nova lei, tenha sua pretensão de averbar a reserva legal negada pelo oficial do cartório de registro de imóveis com base no Novo Código Florestal.

“Muito embora o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) tenha li-

## Cadastro paulista

O SICAR-SP tem sido aprimorado desde seu lançamento em junho desse ano. É o que informa Cristina Maria do Amaral Azevedo, coordenadora de Biodiversidade e Recursos Naturais da Secretaria do Meio Ambiente (CBRN/SMA). A SMA trabalha em conjunto com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA). Desde julho, os chefes das duas pastas têm percorrido o estado e participado de reuniões para divulgar o Sistema de Cadastro Ambiental Rural.

“O Estado de São Paulo trabalha em consonância com o MMA e o IBAMA para garantir que o SICAR-SP seja um instrumento eficiente para migrar os dados dos produtores paulistas para o CAR”, garante a coordenadora. Nos vários encontros realizados pelo interior do Estado, com a presença dos secretários das pastas MMA e SAA, Bruno Covas e Mônica Bergamaschi, respectivamente, e técnicos, eles têm divulgado o cadastro e tirado dúvidas dos produtores.

### Novidade

Os proprietários de áreas rurais do estado de São Paulo ganharam um importante instrumento jurídico recentemente. Um acordo de cooperação técnica viabilizará a inscrição do número do cadastro no SiCAR-SP nas matrículas dos imóveis, sistematizará e disponibilizará informações das propriedades rurais paulistas. O acordo foi assinado pelo secretário de estado do Meio Ambiente, Bruno Covas, pelo presidente da CETESB, Otávio Okano, e pelo diretor de meio ambiente e sustentabilidade da Associação dos Registradores Imobiliários de São Paulo (Arisp), Marcelo Augusto Santana de Melo, com anuência do corregedor geral do estado de São Paulo, José Renato Nalini.

“O acordo possibilitará, por exemplo, que para viabilizar alterações no registro de matrículas, seja suficiente apenas averbação do número do SiCAR-SP. A cooperação permitirá, ainda, que as informações sejam compartilhadas por um sistema integrado: será possível tanto a Secretaria do Meio Ambiente como a CETESB acompanhar os ritos legais, quanto à Arisp verificar a adequação ambiental das propriedades rurais inscritas no SiCAR-SP”, explicou o secretário Bruno Covas.



Cristina Maria do Amaral Azevedo, coordenadora de Biodiversidade e Recursos Naturais da Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo



Evento na Febraban reúne autoridades para discutir o CAR

berado os cartórios de registro de imóveis para continuar a realizar as averbações, uma vez consolidado o CAR, o proprietário rural vai poder exercer a faculdade de realizar as averbações todas no novo órgão cadastral”, afirma o especialista.

Por isso, o mais indicado é esperar para fazer o registro no sistema oficial. “Os proprietários devem aguardar o CAR, se não vão dizer que ele não pode usar a APP porque a propriedade dele não está inscrita no CAR. Se ele deu entrada no projeto anteriormente, pode fazer a averbação no cartório e depois, quando estiver pronto, registrar no CAR”, orienta o doutor Evandro. O produtor pode usar as APPs como parte da reserva legal, mas a lei determina que se faça isso depois que a propriedade estiver inscrita no CAR.

Para o engenheiro agrônomo Ceceo, o principal avanço do CAR é justamente a substituição da averbação da Reserva Legal, que até então era a base para qualquer outro tipo de licenciamento ambiental. “A averbação da RL é um processo mais complexo e caro para o produtor rural, necessita de acompanhamento de técnico habilitado”, avalia.

É importante lembrar que o registro no CAR possui natureza declaratória, mas o órgão ambiental do estado poderá fazer vistorias na propriedade para checar informações e verificar o cumprimento dos compromissos. Em casos de informações falsas, enganosas ou omissas, o declarante estará sujeito a sanções penais e administrativas, conforme esclarece o advogado.

O cadastramento de propriedades familiares será facilitado, ficará a cargo do órgão ambiental a realização de procedimentos mais dispendiosos, como a captação das coordenadas geográficas para, por exemplo, a delimitação de reserva legal. As propriedades com até quatro módulos fiscais que não tiveram o montante de reserva legal exigido por lei não serão obrigadas a fazer a recomposição, mas deverão averbar como reserva a parcela de mata nativa existente em julho de 2008.

### Informação corrente

Além dos órgãos governamentais, muitas entidades de classe têm promovido eventos para discutir a implantação do CAR. A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) organizou um debate com membros do MMA e especialistas para falar sobre o tema. A preocupação da entidade é disseminar o conhecimento a seus associados para que eles possam orientar seus clientes produtores rurais, pois, após cinco anos da data da publicação do decreto que tornará vigente o CAR, as instituições financeiras só concederão crédito agrícola, em qualquer de suas modalidades, para proprietários de imóveis registrados no sistema.

Em outras palavras, o produtor que não tiver registrado seu imóvel rural no período de cinco anos a contar da assinatura do decreto, não poderá adquirir crédito.

A Sociedade Rural Brasileira também reservou uma manhã para tratar do assunto por meio de um seminário com a presença de advogados especializados em legislações ambientais e procuradores que abordaram o novo CF e também o CAR. Neste e em outros encontros que trataram destes temas, o quorum tem sido expressivo.

# O arcaísmo ameaça o celeiro



\*João Sereno Lammel

O sistema agroindustrial, complexo de setores produtivos agropecuários no Brasil deve responder, em 2013, por 27% do PIB. Esta soma de produção no campo, indústria e serviços movimentou 38,5% das exportações e emprega cerca de 40 milhões de pessoas. Este motor da economia brasileira obriga players gigantes, como Estados Unidos, Japão e Europa a recorrerem a pesados expedientes protecionistas na guerra pelo mercado internacional. O crescimento da produção brasileira de grãos, fibras e energias renováveis está diretamente associado à adoção de tecnologias de base genética (sementes), fertilizantes e defensivos agrícolas, além da renovação da frota de máquinas e de irrigação. O impulso tem sido impressionante.

Nos últimos vinte anos, o aumento em mais de 100% resultou do incremento da área cultivada mas, sobretudo, da produtividade, elevada em mais de 60%, de acordo com o IBGE. O saldo da balança comercial agropecuária, entre 1992 e 2011, se elevou em 574%, justificando a posição, hoje, de maior exportador mundial de soja. Contudo, a agricultura brasileira tecnologicamente fortalecida enfrenta outra desatinada batalha – e esta deflagrada dentro do próprio País.

Apesar da pujança, o agronegócio enfrenta uma visão distorcida, traduzida em notícias enviesadas que prejudicam a gente do campo e ameaçam a economia nacional. Este fato, evidenciou-se mais vez após a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Anvisa, divulgar, dia 29 de outubro, o Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos, PARA.

Em 2012, o resultado aponta que 96% estão em condições para comercialização e consumo, pois seus Limites Máximos de Resíduos estão de acordo com os padrões internacionais. Estes números demonstram a segurança dos alimentos analisados. A análise e monitoramento permanente por órgãos públicos, institutos e empresas é um processo regulamentar em todos os setores industriais, constituindo-se importante processo de rastreabilidade e qualidade dos produtos.

Nos anos anteriores, a divulgação do PARA suscitou manchetes

alarmistas sobre “alimentos contaminados”. Apesar da cautela da Anvisa, desta vez, ao explicar o relatório, alguns telejornais, em rede nacional, insistiram em reportagens com o viés do pânico. Ou seja, criou-se uma situação em que alguns telejornais, na busca da manchete de impacto, decretaram que pimentão e morango estariam contaminados – desafiando a própria Anvisa que, ao contrário, foi clara ao tranquilizar a população.

O fato é que, com isso, ambos pagaram o preço: de um lado, os telejornais que não informaram corretamente seu público; de outro, a Agência, pelos anos anteriores quando induziu a Imprensa a alardear que haveria “alimentos contaminados”. Desta vez, a Anvisa se mostrou preocupada em reeducar a opinião pública – felizmente, pois a interpretação equivocada do seu relatório anima os caprichos de um certo ambientalismo urbano.

Nesses grupos, há voluntários bem-intencionados, mas também militantes oportunistas que empunham bandeiras extremadas. O fato é que ambos não semeiam, não plantam, não produzem comida. Esta militância black-bloc da agroecologia apregoa uma agropecuária sem o uso de tecnologias imprescindíveis para a produção de alimentos. Tal arcaísmo aniquilaria o campo, sobretudo os pequenos lavradores, que produzem comida para o Brasil e o mundo. Portanto, condenaria de vez 842 milhões de pessoas – 6,8% brasileiros – que ainda sofrem a inaceitável injúria da fome.

\*João Sereno Lammel é engenheiro agrônomo e presidente do Conselho Diretor da Associação Nacional de Defesa Vegetal, ANDEF.



# Evaristo Marzabal Neves

Feliz com as suas escolhas, o Engenheiro Agrônomo do Ano de 2013, reverencia a agronomia, a docência, a ESALQ, os amigos e a família

Adriana Ferreira

Além dos atributos profissionais que o consagraram, o Engenheiro Agrônomo do Ano de 2013, eleito pela AEASP, é uma figura entusiasmada, de sorriso fácil, o tipo de pessoa que parece estar completamente de bem com a vida. E a agronomia, que ele abraçou desde 1961, certamente é grande responsável por esse ânimo que sustenta aos 72 anos de idade e mais de cinco décadas de carreira, a maior parte como docente na ESALQ, onde se formou.

Assim que se graduou, em 1966, Evaristo saiu da faculdade pensando em voltar como professor à mesma instituição pela qual sempre foi apaixonado. Em janeiro de 1967, entre a alternativa de retornar a Lins, sua cidade natal, e trabalhar como agrônomo na Casa da Lavoura ou no Instituto de Planejamento Agrícola Regional (INPAR), ligado às cooperativas de café paulistas e do sul mineiro, ele se decidiu pela segunda opção. Em abril de 1968, por meio de concurso público, ingressou no Instituto de Economia Agrícola. “Concluí o mestrado em 1971, e o doutorado em 1973. Em 1974, via concurso público, realizei meu sonho juvenil: retornei como professor à ESALQ, no então Departamento de Ciências Sociais Aplicadas”, conta o professor.

Vavá, como é chamado carinhosamente por todos que convivem com ele, é filho de pais que não alcançaram a formação primária, mas que se sacrificaram para os filhos estudarem. Ele se orgulha do que conquistou e diz que foi além do que sonhava. “Sou grato à sociedade paulista que nos mantém via transferência de ICMS e, também, a sociedade brasileira que através de bolsas, como CNPq, CAPES, Sesu/MEC, criaram oportunidades para a minha trajetória profissional. E, hoje, já aposentado, permaneço na ativa como professor sênior como uma forma de retribuir todos os benefícios recebidos”, comenta ele.

Casado com Ivani há 46 anos, ele é pai do também agrônomo e professor Marcos Fava Neves (FEA/USP – Campus Ribeirão Preto) formado na ESALQ, turma 1991, e de Flavia formada em odontologia pela PUC com especialização em ortodontia na Unicamp.

O professor Vavá ama trabalhar com a agronomia e a educação. Nos tempos de calouro já se espelhava em professores que encantavam os alunos. E aprendeu direitinho, pois é admirado e querido por seus aprendizes. Ele não deixou de dar aula nem mesmo enquanto foi diretor da ESALQ, 01/1995 a 01/1999 e chefe do Depto. de Economia, Administração e Sociologia, por dois mandatos. Num cálculo grosseiro, cerca de seis mil formados tiveram aula com Vavá. Ele divide com os leitores do JEA um pouco de seu conhecimento e vivências nessa entrevista.

## ■ O que o motivou a fazer engenharia agrônômica?

A motivação inicial ocorreu em 1958, quando dos Jogos Abertos do Interior em Piracicaba. Vim participar, pois pertencia a equipe de basquete de Lins. Um amigo, filho de um promotor público de Piracicaba, convidou-me para visitar a ESALQ. Tomamos o bondinho, atrás

da Catedral, e fomos à Escola. Ao adentrar o Campus fiquei maravilhado com a imponência do prédio central e, defronte, o seu majestoso gramado circundado por árvores de diferentes espécies. Fomos caminhando pelo Campus e chegamos até o pavilhão da Engenharia. Em frente, havia um lago e árvores ao seu redor. Fiquei imaginando o quão me sentiria realizado se um dia viesse a cursar agronomia em Piracicaba.

Para fortalecer este desejo, na época estive visitando a Casa da Lavoura de Lins com os agrônomos (formados na ESALQ) Orion Matozinho e Aureliano Barrinuevo. Busquei mais informações sobre a profissão. Recebi de ambos as melhores referências e incentivos para ingressar na ESALQ. Na ocasião o slogan era: “Agronomia, profissão do futuro”.

## ■ Como professor, quais os maiores desafios que é preciso encarar para obter sucesso?

É um sacerdócio. Precisa ser vocacionado, ter paixão no transmitir conhecimento e levar a motivação para dentro da sala de aula. Jamais se esquecer que “o melhor juiz de um professor é o aluno”. Se em uma sala de aula o mestre se mostra desmotivado, olhando para o relógio, são sinais de que não tem vocação. Imediatamente o aluno capta este comportamento e reage da mesma forma (ação e reação) e não vê a hora passar. O professor deve procurar estabelecer empatia e conexão emocional com seus alunos para que entendam que aqueles momentos são importantes e preciosos para sua formação profissional.

## ■ Como o senhor enxerga a dificuldade de se encontrar docentes com esse perfil?

Na universidade pública paulista, em que se estabelece, prioritariamente, a indissociabilidade pesquisa – ensino – extensão, e cuja contratação exige o doutorado, é comum encontrar excelentes pesquisadores reconhecidos internacionalmente, acostumados ao seu ambiente (às vezes isolado em suas pesquisas) e com domínio em sua área de atuação, mas não adaptados a uma sala de aula. Assim, não transmitem conhecimento de forma atrativa e não estabelecem a pedagogia do diálogo.

A conectividade motivacional na transmissão do conteúdo em sala de aula também é prejudicada hoje porque muitos professores pertencem a geração x (nascidos entre fins dos anos 60 até meados dos 80) com suas características próprias (apego à hierarquia, títulos e cargos, tendência ao autoritarismo, valorização do poder, monotarefa, adepto ao trabalho em equipe). E o alunato é da geração y (nascidos em fins dos anos 80 até fins dos 90) com suas características pessoais como multitarefa, individualista e imediatista, que dá pouca importância a hierarquia e quer sentir prazer em tudo o que faz e, em sua maioria, nativos digitais, etc. Como gerar sinergia, proatividade e convivência tranquila? É preciso ter uma boa capacidade perceptiva

no processo interativo com os alunos.

■ **Poucos profissionais se sentem tão orgulhosos de pertencer a uma categoria como o engenheiro agrônomo. Em sua opinião, de onde vem este sentimento?**

Não posso comentar sobre outras escolas, mas na centenária ESALQ o apego aos símbolos desde o ingresso acabam estabelecendo fortes laços profissionais e emocionais (“símbolos d’alma”) que fortalecem o espírito de corpo tornando-nos temporalmente um “filho de Luiz de Queiroz” (estado de espírito, eterno), mesmo diante de uma minoria de “Filhos da Luiz de Queiroz” (estado físico, passageiro) dos que aqui passaram, se graduaram e foram embora.

■ **O senhor está aposentado, mas não para, quais as suas atividades atualmente?**

Sou diretor da Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz (FEALQ), da Fundação Agricultura Sustentável (AGRISUS), da Associação dos Ex-Alunos da ESALQ (ADEALQ, 2º Tesoureiro) e membro titular do Conselho Deliberativo da Associação dos Docentes Aposentados da ESALQ (ADAE). Como docente no Departamento de Economia, Administração e Sociologia tenho sido professor responsável pela disciplina LES 0180: Introdução à Administração, e LES 0669: Iniciação Científica em Economia Aplicada. Além da orientação semestral de inúmeros alunos matriculados nas disciplinas de Estágio Supervisionado. Junto à Diretoria e nossa Assessoria de Comunicação tenho participado com palestras motivacionais no projeto “Profissões na ESALQ” oferecido aos alunos do ensino médio de escolas públicas estaduais, apresentando os cursos da ESALQ.

■ **Até onde planeja manter esse ritmo de atividades?**

Estas atividades me levam a “bater o ponto” diariamente na ESALQ. Não reclamo mas, às vezes, levo “puxões de orelha” de minha família, principalmente de minha esposa. Mas ela entende que depois da família, a ESALQ é meu projeto de vida. Vivencio a profissão por 52 anos e jamais me arrependi de minha decisão juvenil. Como docente na ESALQ, estou completando 40 anos. E, até onde vou nesta missão? Até onde tiver força física e capacidade intelectual para continuar interagindo prazerosamente e com manifesta conexão emocional com os jovens. É uma confirmação de que “ao escolher um trabalho que ama você se sentirá feliz e útil e não terá que trabalhar um único dia em sua vida” (Confúcio).

■ **O que o deixa de mal humor?**

A inobservância, desorganização e desrespeito aos compromissos assumidos por pessoas que ocupam nossa agenda e que não compreendem a importância do tempo, recurso mais precioso e escasso.

■ **De onde vem o apelido Vavá?**

Em Lins, tinha um amigo “gaguinho” que quando ia me chamar falava “Eva...va...va...ris.to”. Meus amigos então para facilitar me apelidaram de Vavá. Na ESALQ, é Vavá desde 1974 quando ingressei como professor. Ninguém me chama de Evaristo.

■ **Pode contar alguma história curiosa/marcante que viveu com os colegas da faculdade?**

Há muitas. Mas uma que marcou minha turma foi que nossa Comissão de Formatura precisava reforçar o caixa. Um colega idealizou trazer um filme pornográfico de São Paulo (nos cinemas de Piracicaba não era comum passar este tipo de filme) e alugamos o Cine Teatro São José, para uma sessão às 22h. Eu era o tesoureiro da F-66. No dia, um grande público masculino compareceu. Eu contabilizava uma receita além de nossas expectativas. Pois bem, o filme alugado não era tão pornográfico como o público esperava. Começou um movimento de insatisfação e quebraram algumas cadeiras. Imediatamente, enquanto a sessão ocorria, pegamos toda a receita e nos mandamos para nossa república. Na 2ª feira, pagamos o conserto das cadeiras, mas tivemos um bom lucro. (risos)

■ **Para onde caminha o ensino da engenharia agrônoma?**

O modelo pedagógico em vigor precisa ser revisitado. O progresso tecnológico e as inovações introduziram uma gama considerável de novas disciplinas. Em 2012, por exemplo, o número de créditos exigidos até o término da graduação era de 280, sendo que o aluno tinha 56 disciplinas obrigatórias e 173 optativas oferecidas. Eram 212 créditos obrigatórios e um mínimo de 68 para optativas, per-

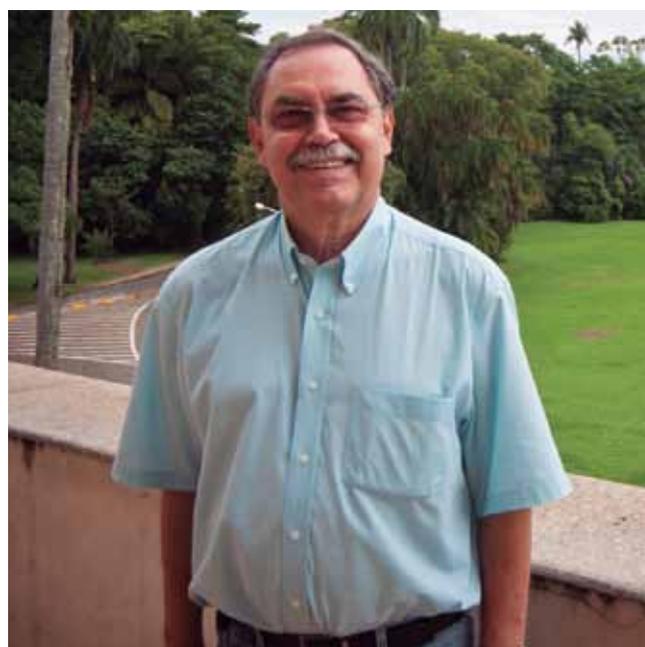
mitindo cursar 18 disciplinas optativas. Sem um orientador, muitos alunos “ficam perdidos”, o que justifica, em parte, o elevado número de trancamento de matrículas/ano em disciplinas e indefinições sobre em qual área atuar. O aluno passa, até sua formatura, por 12 Departamentos de Ensino, que se distribuem nas áreas de ciências biológicas/tecnológicas, exatas/básicas e sociais aplicadas. Cada departamento imprime visão de disciplina enquanto a carreira do engenheiro agrônomo é inter, multi e transdisciplinar, tratando de vida vegetal e animal sob visão sistêmica. O aluno de engenharia agrônoma se inscreve na FUVEST na área de Ciências Biológicas e se credencia e filia no final do curso no CREA (área de engenharias e arquitetura). Estranho, não? Com o insulamento do Departamento na ótica disciplinar o que se observa é a falta de conectividade entre eles, o que dificulta a interatividade e não conduz a inter, multi e transdisciplinaridade desejadas.

■ **Qual o principal erro que um estudante de engenharia agrônoma pode cometer no início da carreira?**

Achar que já está muito bem preparado para o mercado de trabalho. O mundo acadêmico não é igual ao ambiente pós-formatura. Este é hostil, muito competitivo exigindo “jogo de cintura” para sua adaptação. Precisa entender que fará parte de um ambiente em que prevalece o esforço de equipe numa combinação, convivência e coexistência com diferentes gerações adaptadas à cultura organizacional e ao planejamento estratégico da organização. É necessário paciência, saber ouvir, e ter boa capacidade perceptiva.

■ **Como se sentiu ao saber que foi escolhido pela AEASP como o Engenheiro Agrônomo do Ano?**

No dia 18 de setembro estava em minha sala conversando com dois estagiários. Toca o telefone e atendo. Era o Ângelo [presidente da AEASP]. Ele me perguntou se havia médico por perto. Não entendi, pois estava numa sala do Pavilhão de Engenharia e não no ambulatório do Campus. Ele perguntou se estava pronto para um atendimento médico. Disse-lhe que não estava entendendo. Foi quando me deu a notícia de que em reunião, naquele dia, a Diretoria Executiva e o Conselho Deliberativo da AEASP decidiram me conferir o título de Engenheiro Agrônomo do Ano. Fiquei surpreso. E os estagiários ficaram surpresos ao verem minha reação. Parei, tomei fôlego, apaziguei minhas 3 safenas, a mamaria e as duas isquemias de pequena extensão dormentes neste coração “baleado”. Não sabia como agradecer tal deferência. Me sinto extremamente orgulhoso. Confesso: jamais pensei que seria merecedor de tal honraria diante de tantos colegas que, cotidianamente, enobrecem e fortalecem a sustentabilidade socioeconômica e ambiental, e alavancam o desenvolvimento da agricultura paulista. Por isso compartilho esse prêmio da AEASP com todos os agrônomos do estado.



## Congraçamento das turmas

Como ocorre todos os anos, a reunião de conagraçamento das turmas quinquenais da Esalq encerrou a 56ª Semana Luiz de Queiroz, em pleno Dia Nacional do Engenheiro Agrônomo. Organizada pela ESALQ-USP e a Associação dos ex-alunos da Esalq (Adealq), a cerimônia contou com a presença dos esalqueanos que completam em 2013, 25, 50, 55, 60, 65, 70 e 75 anos de formatura.

Durante o evento, a AEASP homenageou o Engenheiro Agrônomo do Ano, o professor Evaristo Marzabal Neves, que recebeu um diploma das mãos do presidente da entidade, Angelo Petto Neto.

Outro engenheiro agrônomo também exaltado foi Isidoro Yamanaka, escolhido como Engenheiro Agrônomo Emérito pela AEASP. Também foi feita a entrega de Medalhas "Fernando Costa" a Arnaldo Antonio Bortoletto, Fernando Bento Homem de Mello, Klaus Reichardt e Roberto Antonio Thomaziello.



Engenheiros Agrônomos em festa no salão nobre da ESALQ

## Secretarias em Piracicaba



Os secretários Bruno Covas e Monika Bergamaschi ladeados pelo diretor da ESALQ, José Vicente Caixeta Filho, pela vice-diretora, Marisa Aparecida Bismara Regitano d'Arce e pelo prefeito de Piracicaba, Gabriel Ferrato.

A Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Estado de São Paulo transfere, anualmente, durante a Semana Luiz de Queiroz, o Gabinete para a ESALQ, ocasião em que são realizadas agendas locais. Especialmente, nesta edição, a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo também desenvolveu ações na Escola. Mônica Bergamaschi e Bruno Covas, titulares das pastas de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Meio Ambiente, respectivamente, participaram de uma série de atividades na ESALQ que se iniciaram com o hasteamento das bandeiras.



# FUNDAÇÃO AGRISUS

## agricultura sustentável

### Financia projetos de:

- Educação individual (bolsas e viagens);
- Educação coletiva (eventos, publicações);
- Pesquisas técnicas, com o objetivo de melhorar a fertilidade sustentável do solo com ambiente favorável.

[www.agrisus.org.br](http://www.agrisus.org.br)

# A voz do agrônomo

Cerca de dois mil engenheiros agrônomos se reuniram no XXVII Congresso Brasileiro de Agronomia, em Cuiabá

A segurança alimentar e nutricional foi o tema do XXVIII Congresso Brasileiro de Agronomia, o maior e mais tradicional evento da agronomia brasileira (desde 1935), realizado em Cuiabá, entre 19 e 22 de novembro de 2013, no Centro de Eventos Pantanal.

Em paralelo ao Congresso, ocorreu a primeira 1ª Reunião de Conselheiros Federais e Regionais, e Profissionais de Agronomia do sistema Confea/Crea/Mutua e a Feira da Agroindústria Saudável (FAS). A FAS contou com a participação dos CREA's regionais que prestaram serviços a cadeia produtiva do agro no Mato Grosso.

A palestra de abertura do congresso foi proferida pelo representante da FAO/ONU no Brasil, engenheiro agrônomo Alan Bojanic que falou sobre os desafios do Brasil, em especial do Mato Grosso, na produção de alimentos para combater a fome no mundo. Segundo dados da FAO, até 2050 o Brasil deve responder por 40% do crescimento na produção mundial de alimentos, quando 9 bilhões de pessoas precisarão ser alimentadas. Para Bojanic, países como Brasil, Austrália, Ucrânia e Rússia, os maiores produtores mundiais, precisam continuar investindo em novas tecnologias sem ferir o ecossistema.

O XXVIII CBA foi organizado pela Confederação dos Engenheiros Agrônomos do Brasil (Confaeab), presidida pelo engº agrônomo, Angelo Petto Neto, também presidente da Associação de Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo (AEASP) e pelo Confea, que tem como presidente o engº civil José Tadeu da Silva, em parceria com o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Mato Grosso (CREA-MT) dirigido pelo engº civil Juares Samaniego. A Associação dos Engenheiros Agrônomos de Mato Grosso (AEA-MT), presidida pelo engº agrônomo João Dias, foi a anfitriã do congresso.

Angelo Petto, acredita que o XXVIII CBA superou as expectativas em público e assuntos abordados. Ele enfatizou a participação do eng. agrônomo argentino Alejandro Bonadeo, vice-presidente da Associação Panamericana de Engenheiros Agrônomos (Apia) e da Asociación Mundial de Ingenieros Agrónomos (Amia). Bonadeo transmitiu aos presentes uma mensagem da presidente da Amia, eng. agrônoma Maria Cruz Dias Alvares, na qual ela destaca a importância da ajuda mútua entre os profissionais da agronomia e o consenso acerca dos temas prioritários para a categoria.

Um dos momentos marcantes da abertura foi a homenagem a dois decanos da engenharia agrônoma que receberam o prêmio Destaque Nacional da Agronomia: Fernando Penteado Cardoso, 99 anos, e Eudes de Souza Leão Pinto, de 93 anos. Eles foram aplaudidos de pé pela plateia. Dentre os muitos feitos de cada um, o Dr. Fernando é fundador da Agrisus e o Dr. Eudes criou a Academia Brasileira de Ciências Agrônomicas.

## Prioridades

Reunidos durante a 1ª Reunião dos Conselheiros Federais, Conselheiros Regionais e Profissionais da Agronomia, do Sistema Confea/Crea/



O presidente da AEASP, Angelo Petto e o vice-presidente da Amia, Alejandro Bonadeo, com suas respectivas esposas

Mutua, agrônomos construíram uma agenda prioritária para a categoria. Treze propostas foram aprovadas e serão levadas ao Confea. As sugestões foram divididas em três temas: Legislação, Fiscalização e Ética

“Pela primeira vez na história, conselheiros federais e estaduais, responsáveis pela legislação do Sistema, estão reunidos para desenvolver estudos e indicar providências para a modernização e o aperfeiçoamento da legislação que regulamenta o exercício profissional do Grupo Agronomia no Brasil, como recomenda a lei nº 5.194/66, em seu artigo 53”, afirmou o presidente do Confea, eng. civil José Tadeu da Silva. Na opinião de Angelo Petto, a reunião foi de suma importância, uma vez que propiciou ampla discussão dos temas pertinentes ao exercício da engenharia agrônoma.

## Encerramento

Cerca de 600 engenheiros agrônomos participaram da cerimônia de encerramento no dia 22 de novembro, onde foi aprovada a Carta de Cuiabá, que resume as prioridades para a categoria a partir do resultado dos painéis e dos debates ocorridos.

O processo de elaboração da Carta de Cuiabá envolveu todos os participantes na análise e redação do texto que destaca a responsabilidade dos agrônomos na segurança alimentar e nutricional, defende o desenvolvimento econômico e social e a inclusão da Confaeab junto ao comitê do Ministério do Desenvolvimento Agrário que coordena as atividades do Ano Nacional da Agricultura Familiar, em 2014.

O documento trata também da criação de novas cadeiras na grade dos cursos de agronomia com foco na produtividade, sociobiodiversidade e ampliação da compra de produtos regionais, por parte dos governos. Também defende a formação generalista, pois novas tecnologias e atividades profissionais exigem a revisão dos projetos pedagógicos e inclusão de disciplinas demandadas pelo mercado. Os participantes acreditam que a criação de um fórum permanente – abrigado em um site na internet – agregará os cerca de 100 mil agrônomos atuantes no País, fortalecendo a categoria.

Sem esquecer da importância da assistência técnica gratuita para produtores, “fundamental para a difusão de tecnologias”, a Carta afirma que o momento “propicia a preparação de políticas voltadas para o agricultor”.

Com referência à segurança alimentar, os agrônomos reunidos em Cuiabá, querem o aprimoramento da legislação que envolve a prática da agricultura. Eles reconhecem ser indiscutível a sustentabilidade, o respeito às condições sociais e de trabalho. Certificações de origem e de trabalho socialmente justo e cadastro ambiental rural completam o documento, legitimado pelos presentes na plenária final.

Fonte: Departamentos de Comunicação do Confea e do CREA-MT. Textos de Maria Helena de Carvalho, Beatriz Leal (Confea) e Josemara Zago (Gecom/Crea-MT). Fotos: Igor Bastos



Diretoria da AEASP presente no CBA

# Noite especial no CAC

No dia 08 de novembro, o Clube dos Engenheiros Agrônomos de Campinas, presidido pelo Eng. Agrº Celso Roberto Panzani, recebeu seus sócios para um jantar especial, uma paella. O delicioso prato espanhol à base de frutos do mar fez o maior sucesso entre os colegas. O evento faz parte das comemorações do Clube pelo Dia dos Engenheiros Agrônomos e dos 75 anos do CAC. Na ocasião, os associados do Clube, eleitos pela AEASP com a “Medalha Fernando Costa”, foram homenageados com uma placa. Ane Veronez recebeu o prêmio em nome de José Angelo Calafiori (categoria Defesa Agropecuária); Eurico Neves recebeu em nome de Luis Roberto G. Favoretto (categoria iniciativa privada/autônomo); Ronaldo Severiano Berton (categoria Ação Ambiental) e Roberto Antonio Tomazziello (categoria Extensão Rural). O cerimonial foi realizado pela engª agrª Ana Meire Figueiredo.



Sócios do Clube dos Agrônomos reverenciam os colegas escolhidos para a premiação da Deusa Ceres

## Visita

O Plenário do CREA-SP recebeu, em novembro, a visita da vice-prefeita de São Paulo, engenheira agrônoma, Nádia Campeão. O diretor da AEASP Nelson de Oliveira Matheus estava entre os presentes no encontro. A vice-prefeita falou sobre seu início de carreira como engenheira agrônoma no estado do Maranhão e também destacou a participação dos profissionais da área tecnológica como funcionários do setor público e como prestadores de serviço de empresas terceirizadas e também nas obras da Copa do Mundo de 2014.



A vice-prefeita de SP, engª agrônoma Nádia Campeão, visita o CREA-SP

# Reconhecimento dos colegas

A turma de 1966 da ESALQ se reuniu na fazenda Quinta das Palmeiras, pertencente ao engenheiro agrônomo Nelson Paulieri Sabino. O objetivo do encontro foi comemorar os 47 anos de formatura, além de prestar uma homenagem a Evaristo Marzabal Neves, o Engenheiro Agrônomo do Ano, eleito pela AEASP em 2013.

**Evaristo Marzabal com o amigo Nelson Paulieri Sabino na Fazenda Quinta das Palmeiras**



# Arborização em cidades



\* Victor Branco de Araujo

A preocupação com a recuperação de áreas verdes nas proximidades de centros urbanos em nosso País remonta ao final do século XIX, tendo como exemplo o replantio da Floresta da Tijuca, no Rio de Janeiro. O Código Florestal, instituído pela Lei n.º 4.771, de 15 de Setembro de 1965, com suas várias modificações ao longo dos anos, já previa a obrigatoriedade de plantios, porém, esses eram feitos praticamente sem critérios, sendo que a promulgação da atual Constituição Federal, em 1988, pode ser considerada um marco legal nacional para os avanços nessa área.

O fenômeno das ilhas de calor nas grandes metrópoles pode ser amenizado com o plantio de espécies vegetais e a criação de espaços verdes, como já comprovado cientificamente. A impermeabilização dos solos, devido ao crescente asfaltamento e concretagem das áreas, também podem ser mitigadas por essas práticas. Cabe ainda lembrar a interação Ambiente versus Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), onde a melhora do índice nas grandes cidades pode ser sentida a partir do aumento da proporção entre áreas verdes e população.

O cidadão deve ter consciência de que toda árvore plantada traz benefícios ao meio ambiente e ao ser humano e que os problemas e riscos advindos do seu plantio devem ser conhecidos. Assim, não existem árvores que não crescem; que não derrubam folhas, flores e frutos, que não sejam sujeitas a ataques de pragas ou hospedem pássaros e outros animais, que não exalem algum tipo de odor, que se mantenham intactas sob quaisquer intempéries e que durem a vida toda. O importante é ter conhecimento e optar conscientemente pela espécie que seja mais indicada para a situação.

Como política auxiliar, de grande receptividade e excelente resultado, temos os programas e ações relativas à educação ambiental, envolvendo principalmente crianças e jovens, e estendendo-se opcionalmente às demais faixas etárias. Existem inúmeras técnicas e metodologias, já testadas e aprovadas, para levar esse conhecimento à população, criando e fixando sua consciência ambiental. Esses programas e ações, que devem ter apoio irrestrito das esferas federal, estadual e municipal, inclusive dentro das prioridades orçamentárias relativas aos gastos com educação, serão os grandes solidificadores da nossa política ambiental.

Na área urbana, embora haja legislação federal e estadual, seria preciso que todos os municípios possuísem legislação própria, de acordo com as suas peculiaridades e que houvesse investimentos do poder público para permitir ao contribuinte dispor da melhor muda e da espécie indicada para sua situação, com uma qualidade de plantio que permita o pleno estabelecimento e desenvolvimento das plantas, bem como, um acompanhamento constante pelo poder público da situação fisiológica e sanitária dos exemplares e com a realização de podas técnicas, fiscalizando e punindo os abusos.

Para recompôr o verde nas cidades deve ser traçada uma “política do verde”, onde as ações que envolvem o plantio, manutenção e recupe-

ração de áreas verdes e de plantas devem ser devidamente equacionadas e planejadas. Aspectos como clima, solo, tipo de ocupação urbana e a densidade demográfica devem ser considerados.

Conforme o tipo de agrupamento urbano pode-se priorizar o plantio em ruas e avenidas, em praças e parques ou até mesmo em áreas de reserva ambiental. É um trabalho de urbanismo puro, onde a presença de técnicos especialistas de diversas áreas é estritamente necessária. Além disso, as ações devem estar dentro de um projeto global plurianual, que tome como ponto de partida o Plano Diretor do Município.

As características das mudas devem ser conhecidas e seus padrões e a forma de plantio devem ser revistos pelas prefeituras, pois é comum o plantio de mudas de porte muito alto com raízes totalmente deformadas, dificultando ou causando mau estabelecimento das mesmas. Existem critérios que considero absurdos e sem nenhum embasamento científico, como a simples exigência de mudas com “DAP 5” por prefeituras em licitações, adotados sem considerar as inúmeras variáveis envolvidas na produção de mudas com qualidade.

Na área de arborização urbana, ainda não é comum a presença de empresas especializadas em plantio e manutenção por não haver uma “política do verde” na maioria dos municípios.

Se tivermos em mente que melhoria ambiental reflete em qualidade de vida, as empresas são as maiores interessadas que seus funcionários e consumidores disponham dessa qualidade de vida. No primeiro caso pelos benefícios diretos relativos ao trabalho de seus colaboradores. Já os consumidores poderão associar a marca da empresa a algo saudável. Afinal, uma companhia lembrada pela fumaça negra que lança aos céus não traz a alegoria do progresso sustentado, nem conta com a simpatia dos clientes. Já aquela que consegue uma marca contemporânea de sustentabilidade, certamente tem a preferência do consumidor e, conseqüentemente, tende ao sucesso.

As companhias podem usar todas as ações ambientais, desde a reciclagem de dejetos até a recuperação de áreas degradadas. Além dos benefícios já citados, elas podem gerar receitas, seja pela venda de produtos certificados ambientalmente ou até pela venda, por exemplo, de créditos de carbono.

\* Victor Branco de Araujo é engenheiro agrônomo e especialista em propagação de plantas - email: victorbrancoaraujo@ig.com.br



## De olho em sua ART

Prezado associado da AEASP, ao preencher a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) não se esqueça de registrar no campo 31 o número **58**. Desta forma você estará ajudando a AEASP a obter mais recursos que serão revertidos em seu benefício. Se o emissor deixar o campo 31 em branco a alíquota não é repassada à nossa entidade.

The image shows a screenshot of a web form for registering an ART (Anotação de Responsabilidade Técnica). The form is divided into several sections: 'Dados da ART', 'Responsável Técnico', 'Empresa Contratada', and 'Contratante'. Each section contains various input fields, some of which are marked as 'Campo Obrigatório' (Mandatory Field). The 'Número da ART' field is highlighted with a red box, and the number '58' is mentioned in the text as the value to be entered in this field.

Os tipos de ARTs específicas para o engenheiro agrônomo são as de Obras, Serviços, Receituário Agrônomo, Desempenho de Cargo/Função e Crédito Rural.

## Ajude a escolher!

AEASP Nova Geração é o nome do novo programa que a AEASP está preparando para chegar mais perto dos jovens engenheiros agrônomos. Por isso queremos sua ajuda para escolher a logomarca desse programa. Entre no site, em AEASP Nova Geração, no canto direito da tela aparece o link para a votação. Basta clicar no modelo que você preferir. Participe!

**Para anunciar no JEA ou recebê-lo, entre em contato:**  
Rua 24 de Maio, 104 - 10º andar  
CEP: 01041-000 | São Paulo - SP  
Tel.: (11) 3221-6322 | Fax: (11) 3221-6930  
redacaojea@aeasp.org.br | secretaria@aeasp.org.br

**Envie suas sugestões de conteúdo e críticas para o JEA. Encaminhe suas mensagens para:**  
adriana@acertacomunica.com.br e  
redacaojea@aeasp.org.br

Jornal do Engenheiro  
Agrônomo

## Mensagem de Natal

*Independente da crença religiosa de cada indivíduo, não há como negar que o Natal é um período especial. Além do clima festivo e dos presentes, destaca-se o espírito cristão, que tem como valores máximos o amor, o perdão, a caridade, imprescindíveis para a construção de uma sociedade mais equilibrada e feliz.*

*A AEASP - Associação de Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo, em nome de sua Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e demais colaboradores, deseja aos seus associados e familiares, que o espírito natalino se faça presente em suas vidas hoje e sempre.*

*Agradecemos o apoio de todos ao longo de 2013 e fazemos votos por um novo ano farto de esperança e realizações.*

*Desejamos também que os engenheiros agrônomos e a agronomia sejam cada vez mais valorizados por toda a sociedade. De nossa parte, reafirmamos o compromisso com a classe agrônoma, que tem a importante missão de assegurar a produção de alimentos e a segurança alimentar para a população.*

*(...) Que a semente seja tanta, que essa mesa seja farta que essa casa seja santa. Que o perdão seja sagrado, que a fé seja infinita, que o homem seja livre, que a justiça sobreviva...*

*Trecho da canção Bandeira do Divino, de Ivan Lins*